

**ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO INCLUSIVA EM CONTEXTOS ESCOLARES
PROJETO DE INTERVENÇÃO PEDAGÓGICA**

**OUTROS SENTIDOS PARA O “DIA DA FAMÍLIA NA ESCOLA”: REFLEXÕES E
DESAFIOS**

Maria Francisca das Dôres Assis

Nº de Matrícula: 112790031B

Polo: Carandaí

Carandaí

2019

MARIA FRANCISCA DAS DÔRES ASSIS

**TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO
PROJETO DE INTERVENÇÃO PEDAGÓGICA**

**OUTROS SENTIDOS PARA O “DIA DA FAMÍLIA NA ESCOLA”: REFLEXÕES E
DESAFIOS**

Trabalho de conclusão apresentado ao Curso de Especialização em Educação Inclusiva em contextos escolares, da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial a obtenção do título de Especialista.

Orientadora: Núbia Shaper Santos

Carandaí - MG

2019

Ficha catalográfica elaborada através do programa de geração automática da Biblioteca Universitária da UFJF, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Assis, Maria Francisca das Dôres.

Outros Sentidos Para o "Dia da Família na Escola": Reflexões e Desafios / Maria Francisca das Dôres Assis. -- 2019.

30 f.

Orientadora: Núbia Aparecida Shaper Santos

Trabalho de Conclusão de Curso (especialização) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Educação. Especialização em Educação Inclusiva em Contextos Escolares, 2019.

1. Família. 2. A construção da aprendizagem. 3. Educação inclusiva.
4. Desafios.

MARIA FRANCISCA DAS DÔRES ASSIS

**TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO
PROJETO DE INTERVENÇÃO PEDAGÓGICA**

Trabalho de conclusão apresentado ao Curso de Especialização em Educação Inclusiva em contextos escolares, da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial a obtenção do título de Especialista.

Aprovado em: _____

BANCA EXAMINADORA

Profª Drª. Núbia Aparecida Shaper Santos – Orientadora
Universidade Federal de Juiz de Fora

Profª Drª. Juliana Célia de Oliveira
Universidade Federal de Juiz de Fora

Profª Drª. Katiuscia Cristina Vargas Antunes
Universidade Federal de Juiz de Fora

Carandaí -MG

2019

AGRADECIMENTOS

Ao Deus de infinito amor, cuja bondade propiciou à minha história pessoas que me auxiliaram a chegar aqui, o meu profundo agradecimento pelas inúmeras graças e dons a mim concedidos.

Ao meu marido Luiz, meus filhos Matheus e Evandro, minha nora Vanessa, meus irmãos Luiz Antônio e José Raimundo, que com sua presença carinhosa e auxílio favoreceram a conclusão desta etapa, a vocês toda minha afeição e amor.

Aos meus amigos e companheiros de trabalho, Paola coordenadora do CRAS, Magda diretora da Escola Estadual Francisco do Carmo, pais entrevistados, colegas do curso e demais pessoas que fazem parte da minha vida, que direta ou indiretamente contribuíram para realização deste sonho, minha eterna gratidão.

RESUMO

O trabalho apresenta reflexões sobre o “Dia da Família na Escola” como intervenção que possibilita a participação dos pais/responsáveis na vida escolar dos filhos com necessidades educacionais especializadas. Partindo-se da constatação da pouca participação dos pais/responsáveis no cotidiano escolar, o objetivo geral foi investigar como tal intervenção potencializa a participação dos pais/responsáveis de estudantes público-alvo da Educação Especial no cotidiano escolar da Escola Estadual “Francisco do Carmo”. Como objetivos específicos propomos: a) Refletir sobre a inclusão de alunos com necessidades educacionais especializadas na Escola Estadual Francisco do Carmo; b) Compreender como a intervenção proposta contribui para a efetiva participação dos pais/responsáveis; c) Problematizar ações que consolidem a participação dos pais/responsáveis no desenvolvimento escolar dos filhos. Ao final, tendo como referência a entrevista de uma mãe de criança com necessidade educacional especializada, busca-se analisar os impactos e expectativas oriundos da intervenção “Dia da Família na Escola”. O envolvimento e participação da família na escola, são fundamentais para a inclusão dos alunos com necessidades educativas especiais na educação regular, bem como a necessidade de uma mudança nas concepções dos professores acerca do processo de ensino aprendizagem, e ainda, é através da reflexão de todos (Governo, Secretarias de Educação, família e educadores) que encontraremos subsídios para interferirmos em busca de uma escola cada vez mais eficaz. Só com uma educação inclusiva eficaz é que a escola conseguirá cumprir o papel de formar cidadãos conscientes e capazes de transformarem a realidade.

Palavras-chave: Família. A construção da aprendizagem. Educação inclusiva. Desafios.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	07
IDENTIFICAÇÃO DA SITUAÇÃO PROBLEMA.....	09
DESCRIÇÃO	10
JUSTIFICATIVA	15
CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO E DAS POLÍTICAS EM RELAÇÃO AOS ESTUDANTES PÚBLICO-ALVO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL.....	16
CARACTERIZAÇÃO DA ESCOLA ESTADUAL “FRANCISCO DO CARMO”	18
OBJETIVO GERAL	18
OBJETIVOS ESPECÍFICOS	18
ALTERNATIVAS ESCOLHIDAS PARA INTERVENÇÃO	19
CRONOGRAMA.....	20
RELATÓRIO DE DESENVOLVIMENTO DO PROJETO DE INTERVENÇÃO PEDAGÓGICA.....	21
QUANDO UMA MÃE DIZ SOBRE SUA REALIDADE.....	23
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	24
REFERÊNCIAS	25
ANEXOS.....	28

PROJETO DE INTERVENÇÃO PEDAGÓGICA
A IMPORTÂNCIA DA PARTICIPAÇÃO DOS PAIS/RESPONSÁVEIS NA VIDA
ESCOLAR DOS FILHOS.

1 – INTRODUÇÃO

Sou graduada em Pedagogia/Licenciatura Plena pela FASAR – Faculdade Santa Rita em Conselheiro Lafaiete, na habilitação Magistério dos anos iniciais do Ensino Fundamental, com Formação Pedagógica e Gestão Educacional (que habilita para o exercício das funções de Supervisão, Orientação, Inspeção e Administração Escolar), e possuo Pós-Graduação “Lato Sensu” em Psicopedagogia Institucional.

Meu histórico como Professora Regente de Turma nos anos iniciais do Ensino Fundamental perdurou por 29 anos na Rede Estadual de Ensino de Minas Gerais, vindo a me aposentar no ano de 2014. Paralelo à Regência de Turma, iniciei em 01/03/2004 como Especialista da Educação Básica, atuando no Ensino Fundamental e Médio, das Rede de ensino Municipal de Carandaí e Estadual do Estado de Minas Gerais. Hoje atuo diretamente junto às Professoras e alunos dos anos iniciais do Ensino Fundamental como especialista.

Acredito ser o Magistério uma das mais belas profissões, e através dele, numa busca constate de me atualizar, persevero no conhecimento de novas metodologias, as quais possam permitir um trabalho diferenciado e de qualidade para inclusão dos alunos. Enquanto educadora em escolas comuns, às vezes me sinto confusa, despreparada e incapaz de trabalhar com propostas didático-pedagógicas que atendam às necessidades, expectativas e demanda de cada indivíduo. No entanto, sinto-me estimulada para construção de experiências bem sucedidas onde a educação seja de qualidade e verdadeira para todos, com respeito ao tempo individual de aprendizado do estudante. A inclusão pressupõe uma escola democrática tendo a aprendizagem como centro e estímulo ao trabalho colaborativo e participativo.

Ao longo de meu caminho como educadora, foram muitas as experiências e frustrações vividas, principalmente por não ter grande conhecimento sobre as diversas dificuldades apresentadas pelos alunos, fato que foi mudando ao longo da minha extensa carreira, na qual, pude vislumbrar as inúmeras individualidades e particularidades oriundas na aprendizagem de cada educando. Trabalhando de forma individualizada e diferenciada, notei

melhor desempenho e desenvoltura no processo cognitivo e psicossocial do discente, e assim pretendo continuar ampliando os meus horizontes.

Para se construir uma sociedade inclusiva muitas mudanças de hábitos e valores pré-concebidos ao longo dos tempos vem ocorrendo. As famílias devem ter a consciência das necessidades dos filhos, bem como de suas potencialidades e direitos a serem conquistados e que estão garantidos nas legislações vigentes, entre elas a PORTARIA Nº 2.488, de 21 de outubro de 2011, que aprova a Política nacional de Atenção Básica.

Os programas de Saúde da Família criado em 1994 (PSF), em conjunto com o poder público, desenvolvem ações que visam a garantir às famílias a promoção da saúde física e mental, oferecendo suporte e atendimentos necessários de orientação e apoio, objetivando as condições favoráveis para um desenvolvimento saudável das crianças, jovens e seus responsáveis.

É possível afirmar que o processo de inclusão no meio escolar se fez a partir de um longo percurso até os dias atuais e ainda há um longo caminho a percorrer. Neste sentido, consideramos complexa a tarefa de possibilitar mais igualdade na educação, tentando vencer os obstáculos, erros e preconceitos. No entanto, é necessário tentar.

Assim, é possível observar entre os alunos da escola, a importância da participação e acompanhamento da família no processo de desenvolvimento dos alunos com necessidades educativas especiais. A motivação do presente estudo surgiu da certeza de que muito existe a se fazer para que esta inclusão seja realizada de forma consciente e efetiva na comunidade escolar, visando um sucesso maior quando se tem a família como parceira durante todo o processo.

Desta forma, acredita-se que a capacitação dos profissionais da educação, assim como as mudanças nos currículos escolares, é fundamental para que ocorra uma inclusão com sucesso. Adequar um currículo individualizado às crianças que possuem capacidades especiais exige muita habilidade para realização de um trabalho sistematizado. Ainda, far-se-á necessário a discussão sobre as práticas pedagógicas da educação inclusiva e seus efeitos no desenvolvimento escolar, desde o encaminhamento até o tratamento a partir de uma perspectiva de integração multidisciplinar, a qual entende o processo de ensino-aprendizagem como interação entre estímulos provenientes do meio externo e o cérebro.

Para que as transformações da aprendizagem ocorram de maneira satisfatória é necessário que os educadores estejam em condições de desenvolver programas que facilitem o desenvolvimento a partir de uma proposta curricular e educacional pautada no desenvolvimento biopsicossocial (FERREIRA; GUIMARÃES, 2006).

Portanto, a escola deve ser conceituada como uma instituição social e deve atender todas as crianças, sem exceção, mantendo assim suas portas abertas para as pessoas com necessidades educativas especiais. Qualquer criança tem o direito a uma educação que permita desenvolver ao máximo seu potencial. Mas, para tanto, é preciso entender que o desenvolvimento da criança sofre uma combinação de processos cognitivos simples que, a partir de uma mediação cultural, se transformam em cognições mais complexas (FERREIRA; GUIMARÃES, 2006). Desta forma, os agentes sociais (pais, educadores, profissionais da saúde, etc.) precisam aperfeiçoar e modificar as condições de aprendizagem, não só da criança portadora de necessidade especial, mas, também, das demais crianças inseridas no contexto cognitivo.

Após constatar a pouca participação dos pais/responsáveis na vida escolar, propomos como intervenção o “Dia da Família na Escola”, objetivando a reflexão sobre a importância de interagir e participar com mais ênfase do dia-a-dia escolar de seu filho(a). Propomos uma palestra com a psicóloga sobre “O Papel da Família no Desenvolvimento Educacional dos Filhos”, uma dinâmica, “A Pactuação de compromissos com os pais sobre a Escola que eles querem”. Para encerrar este primeiro momento farei uma reflexão sobre a importância da participação efetiva dos pais junto à escola para o bom rendimento escolar de seus filhos. E, para o segundo momento, junto aos alunos do 6º ano farei o trabalho de um Texto reflexivo sobre a importância da família na formação do cidadão, diálogo e uma Produção de texto: Descrevendo uma pessoa da minha família.

2 - IDENTIFICAÇÃO DA SITUAÇÃO PROBLEMA/QUESTÃO

Através de observação intensa do cotidiano escolar é possível avaliar as diferenças existentes no desenvolvimento de alunos que são acompanhados diretamente pelos pais/responsáveis e aqueles que não são assistidos. Acompanhei uma família que esperavam por um bebê que não chegou durante 13 anos, momento em que decidem pela adoção. Logo nos primeiros anos começaram a surgir as dificuldades com a criança e os diagnósticos de Autismo Atípico, atraso no desenvolvimento nas áreas de interação social, linguagem e estereotípias

motoras, Transtorno Afetivo Bipolar na Infância e comorbidade com transtorno opositivo e desafiador e hipercinesia. Em 2018 o aluno frequentou o 3º ano do Ensino Fundamental, estava no nível silábico alfabético da leitura, com uma família extremamente presente nos mínimos detalhes da vida da criança, possibilitando os tratamentos necessários ao caso.

O que mais me chamou atenção neste caso foi a dificuldade da referida família em entender e aceitar a limitação do filho, que veio contrariando todas as expectativas de escolaridade e sucesso profissional que os pais idealizaram. Este e outros fatos me fez pensar na importância de trazer as famílias dos alunos com necessidades educativas especiais para dentro da escola, fazendo-os sentir pertencentes ao grupo dos tidos como normais, quebrando barreiras, e percebendo que ao seu tempo e seu modo terão avanços no processo de escolarização, devendo assim, ser comemorado todos os pequenos avanços da criança.

Nesta perspectiva, surgiu a questão: De que modo a intervenção “Dia da Família na Escola” potencializa a participação dos pais/responsáveis da criança com necessidades educacionais especiais?

3- DESCRIÇÃO

A Escola Estadual “Francisco do Carmo”, tem como meta o trabalho com a formação humana e a cidadania do seu corpo discente, bem como a inclusão social dos moradores do bairro que ela atende. Considerando, o perfil de sua clientela que é formado por alunos oriundos de famílias que possuem uma certa carência socioeconômica. Muitos casais são separados e os filhos moram com avós ou tios. Os pais ou responsáveis pelo financeiro da família trabalham em: práticas agrícolas, alguns são funcionários públicos municipais, outros trabalhos autônomos e uma boa parte estão desempregados. Alguns não possuem os anos iniciais do Ensino Fundamental porém, esforçam-se para manter os filhos na escola, e nem sempre participam dos eventos promovidos pela mesma e não conseguem acompanhar os filhos em suas tarefas extra classe.

Atualmente, a Escola Estadual “Francisco do Carmo” atende 536 alunos em dois turnos, distribuídos no Ensino Fundamental e Ensino Médio. Entre os alunos matriculados estão 39 com necessidades educacionais especiais. O corpo docente é formado por professores com formação para a área em que atuam, sendo eles designados e efetivos. A escola busca parceria com a família para juntos atuar nos pontos que necessitam de atenção (frequência, mal comportamento, baixo rendimento, bullying, ausência dos pais, etc.), e agir sobre estes com prontidão, envolvendo-os no processo vislumbrando a qualidade social da educação,

respeitando os princípios da diversidade, a superação dos desafios, assegurando os direitos de aprendizagem e desenvolvimento à todos os alunos da escola, no tempo certo.

A obrigatoriedade da inserção dos alunos nas escolas primárias ocorreu de maneira a possibilitar a inserção de todas as crianças independente da classe social, ao processo de ensino e aprendizagem (Convenção de Guatemala 1999). Para aperfeiçoar as atividades e continuar o processo de expansão das escolas públicas, a responsabilidade passou a ser partilhada entre a União, Estado e Município, permitindo que todo o território brasileiro fosse ocupado por escolas públicas para o atendimento da população. A educação brasileira caracterizou-se pelo modelo europeu, o que desencadeou novos estudos em razão da adaptação dos métodos utilizados para que atendesse as necessidades dos alunos brasileiros. Sobre o ensino primário, os autores Pereira, Felipe e França (2013), comentam que:

O ensino primário era ministrado em quatro anos, com um programa com matérias que proporcionavam uma educação integral, como a educação física, intelectual e moral. Previa a utilização do método intuitivo e exigia-se uma rígida disciplina dos alunos com relação à assiduidade, asseio, ordem, obediência, etc. havia também práticas ritualizadas e simbólicas, como os exames finais, as exposições escolares, as datas cívicas e as festas de encerramento do ano letivo (PEREIRA, FELIPE E FRANÇA, 2013, p. 08).

É muito forte o padrão de normalidade imposto pela sociedade. Muitos são os desafios a serem enfrentados, o despreparo da escola tanto quanto a infraestrutura física, quanto aos recursos materiais pedagógicos, como também, quanto a preparação dos professores. Para que nos aproximemos do máximo possível de inclusão e esta realmente se efetive, muitas mudanças seriam cabíveis na sociedade como um todo. Seria necessário o trabalho constante no sentido de minimizar o preconceito e os mecanismos geradores de discriminação e de exclusão, existentes no sistema educacional brasileiro. Acredito que pela educação, é possível transformar as coisas, as pessoas e o mundo e, desta forma, estaremos envolvidos, de fato, com o processo de inclusão. Para Kant (1996, pág 150) “O homem não pode tornar-se um verdadeiro homem senão pela educação. Ele é aquilo que a educação dele o faz”.

As transformações educacionais foram sendo realizadas de maneira gradativa, sendo pioneiras no estado de São Paulo, que foi o primeiro a realizar a reforma educacional com a criação do ensino de graduação da Escola Normal para a formação de profissionais para atuarem na escola primária (FREITAS, 2010).

A inclusão começa a ganhar destaque na pauta de prioridades das políticas públicas a partir da Constituição Brasileira de 1988, anteriormente era um assunto que por muito tempo não entrava em discussões, e as famílias sofriam por não ter a quem recorrer

diante das dificuldades que enfrentavam, caminhavam sem apoio passando também pela omissão do sistema educacional. Nas últimas décadas, o olhar para essa situação tem tomado outras direções. Essas crianças são amparadas, legalmente, tem-se uma atenção voltada para elas.

No entanto, cabe a todos os envolvidos na educação buscar práticas educativas que favoreçam as crianças sem excluí-las das atividades mais complexas, mas buscar desenvoltura das mesmas em suas ações. Acreditar no potencial das crianças é o caminho para fazer uma reciclagem das práticas aplicadas buscando novos caminhos para alcançar os objetivos educacionais desejados, aproximando-os, ao máximo do direito que lhes é garantido por lei.

Com a constituição de 1988, nova transformação foi detectada no sistema educacional brasileiro. Os movimentos sociais passaram a reivindicar direitos e oportunidades, o que interferia na questão da educação, uma vez que, a base da educação permeia a formação intelectual dos cidadãos. Sobre as transformações na esfera educacional promovida através da Constituição Federal de 1988, Saviani (2006) comenta que:

Da comunidade educacional, surgiu, o projeto de uma nova Lei das Diretrizes e Bases – LDB que deu entrada na Câmara dos deputados em dezembro de 1988, cuja característica mais marcante foi o empenho em libertar a educação da política miúda permitindo ultrapassar as descontinuidades que a tem marcado em nossa história. Entretanto, a interferência do governo impediu que esse projeto fosse adiante. Em seu lugar foi aprovada a proposta da política governamental, que deu origem à nova LDB sob a Lei nº 9.396 de 20 de dezembro de 1996 (SAVIANI, 2006, p. 8).

Através da aprovação da Lei de Diretrizes e Bases, Lei 9.396/96, a reformulação da escola pública foi efetivada de maneira a promover a construção de estratégias voltadas para um ensino de qualidade, com a abertura do diálogo e reconhecimento da importância da participação do aluno na criação de novos conceitos, aproximando teoria e prática como meio de ampliar o entendimento dos conhecimentos que passaram a ser orientados em sala de aula.

Até os anos 80 tinha-se um pensamento arcaico em relação às crianças com deficiência. Pensava-se que o ideal era que estas crianças com deficiência frequentassem escola própria, já que não conseguiam acompanhar as demais, as tidas como normais, pensando que estas poderiam atrapalhar o desenvolvimento das potencialidades dos alunos sem deficiência. Muitos termos de cunho pejorativo e excludente eram adotados como, imbecil, incapaz, idiota, retardado mental, excepcionais, etc (PESSOTT, 1984).

Diante das questões em relação a inclusão educacional cabe ao educador a reflexão não apenas relacionada ao sentido de repensar suas práticas de ensino, mas de variá-

las e adaptá-las ainda, mais profundamente, quando se trata de lidar com as crianças com deficiência. A Secretaria de Educação em parceria com as escolas precisa pensar em capacitação para o educador, visto que somente a formação inicial pode não ser suficiente para o enfrentamento de questões tão sérias e, por vezes, difíceis de lidar. Como dito anteriormente, além de reconhecer a necessidade de novas práticas pedagógicas que estimulem o pensar, é necessário buscar meios de incluir as crianças especiais no processo de aprendizagem e na vida social da escola e fora dela.

Muito já foi conquistado no sentido de incluir crianças com necessidades educacionais especiais conforme nos mostra o histórico das legislações vigentes. A década de 1980 foi o marco da superação do olhar assistencialista e de extrema bondade. Surgiu ainda, a necessidade de complementação nos currículos dos cursos de formação de docentes e de outros cursos de profissionais e disciplinas que interajam com os alunos com necessidades educacionais especiais. Mendes (2006) aponta que os debates sobre inclusão no Brasil ganharam força na década de 1990 por conta da penetração da cultura americana em nossa sociedade, considerando os movimentos de reforma no sistema educacional como a Declaração Mundial sobre Educação para Todos (BRASIL, 1990) e a Declaração de Salamanca (BRASIL, 1994). A partir desses documentos norteadores, surge com força total, a Resolução CNE/CP nº 1/2002, como um instrumento legal que estabelece as Diretrizes Nacionais para a formação de Professores da Educação Básica, a determinação legal de que seja prevista nos currículos dos cursos ofertados pelas instituições de ensino superior a formação docente que atenda à diversidade, abordando conhecimentos referentes às diferentes especificidades dos alunos com alguma necessidade educacional especial.

De acordo com a prática da Inclusão, consolidada nos anos 1990, defende a matrícula e a inclusão do jovem com alguma deficiência preferencialmente na rede regular de ensino. (BRASIL, 2004). Sobre os marcos legais brasileiros tem-se como referência a Declaração Universal dos Direitos do Homem, que proclama o direito de todos a educação. Alunos com necessidades educacionais especiais têm seus direitos garantidos através de Leis como: Lei nº 8069 de 13 de julho de 1990 que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, sobre o Plano Decenal de Educação para Todos, de 1993, entre outros (GOFFREDO, 1999, p. 45-50). Esses documentos incidem na mesma decisão, alunos com necessidades educacionais especiais têm seu direito garantido dentro da rede regular de ensino. Esses e outros documentos legais dão o amparo necessário para que seja garantido ao aluno especial seu acesso e sua permanência dentro da escola regular. Também a convenção

de Guatemala, de 1999, foi um diferencial para a educação de pessoa com alguma deficiência, sendo promulgada no Brasil por meio do Decreto nº 3.956/2001 que traz a reafirmação dos direitos humanos dessa pessoa, sendo a discriminação definida como:

[...] toda diferenciação, exclusão ou restrição baseada em deficiência, antecedente de deficiência, consequência de deficiência anterior, ou percepção de deficiência presente ou passada que tenha o efeito ou propósito de impedir ou anular o reconhecimento, o gozo ou exercício por parte das pessoas portadoras de deficiência de seus direitos humanos e de suas liberdades fundamentais. [...]. (BRASIL, 2001, p. 168).

Entende-se assim, que o objeto principal do decreto supracitado, está pautado na exigência da nova interpretação da educação, “compreendendo a eliminação das barreiras que dificultam o acesso das pessoas com deficiência à escolarização”. Ao não se prover esse aluno especial em seus direitos a educação e acessibilidade, esse ato se configura em discriminação da pessoa deficiente. A Lei nº 10.098 de 2000, estabelece normas e critérios para a promoção de acessibilidade arquitetônica e urbanística, nas edificações e nos transportes, bem como a acessibilidade nas comunicações e em especial, a acessibilidade que não se constitui em ofensa aos direitos autorais e a reprodução de obras literárias, artísticas ou científicas, desde que para o uso exclusivo de cegos sejam alunos ou não de escolas regulares, (BRASIL, 2001, p. 67) dentro dos espaços educacionais.

Em 1990, na Declaração Mundial de Educação para todos, no artigo 10º, traça metas para a década, entre elas na expansão de cuidados básicos e atividades de desenvolvimento infantil, incluídas aí as intervenções da família e da comunidade, direcionadas especialmente às crianças pobres, desassistidas e portadoras de deficiências.

Em se tratando do planejamento para se ter um filho, este vem cercado de sentimentos, idealizações, expectativas, aguardando a chegada do bebê que atenda ao esperado. Atualmente pode-se ter o diagnóstico de alguma má formação ainda no ventre materno, o que nem sempre é aceito pelos pais, iniciando o grande problema familiar. Ao se colocar no lugar de alguém que está passando por tal situação, sabe-se que não é fácil. No entanto, independente de qualquer coisa os filhos que Deus escolheu para cada família acolher e cuidar, são aqueles pais especiais, resta a eles apenas que se revista de coragem, sabedoria e muito amor para superar o desafio. O nascimento de uma criança com deficiência traz uma nova realidade para a família, é um processo longo, com certeza, até dito por alguns psicólogos que é um tipo de luto e que cada um, cada família reage de uma forma, precisando de um tempo diferente para sair do luto e ir à luta, sepultar o sonho de ter um filho “perfeito” e partir para a luta de fazer valer todos os direitos que seu filho tem e que estão garantidos por

lei. De acordo com MacCollum(1984) os pais experimentam a perda das expectativas e dos sonhos que haviam construído em relação ao futuro descendente.

O Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, Lei nº 8.069/90: prevê que é dever do Estado assegurar à criança e ao adolescente atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino.

A Declaração de Salamanca em 1994 destaca a necessidade da inclusão educacional dos indivíduos que apresentam necessidades educacionais especiais. Desta forma a realidade na sociedade atual, escolas e famílias que têm a necessidade de inclusão vem mudando gradativamente, a partir de políticas públicas que garantem e viabilizam o acesso e permanência das crianças no sistema regular de ensino, respeitando a individualidade e capacidade de cada um nesta situação. As escolas precisam contemplar no seu Projeto Político Pedagógico e ter um Plano de Desenvolvimento Individual que contemple estratégias de ensino com atendimento diferenciado e que assegure as condições necessárias para os alunos com necessidades educacionais especiais obterem uma educação de qualidade.

4- JUSTIFICATIVA

A cada dia, o número de alunos com necessidades educacionais especiais só tem aumentado na rede regular e o que se percebe é a insegurança dos profissionais para lidar com a situação, devido ao despreparo e comodidade, oferecendo aos estudantes apenas a integração em sala de aula regular, uma educação deficitária, ferindo os direitos dos estudantes.

O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), mostra que entre os anos de 2005 e 2015 em salas de aulas comuns, o número de alunos com deficiência aumentou 6,5 vezes. O total subiu de 114.834 para 750.983 estudantes especiais inseridos em classes regulares. De acordo com os especialistas, este aumento pode ser explicado tanto pelas políticas públicas, mudança na mentalidade das pessoas e, principalmente, pelas mudanças na legislação. A mais atual delas foi endossada pelo Supremo Tribunal Federal (STF) em julho de 2015, confirmando a proibição de taxas extras nas mensalidades das crianças com deficiência. De acordo com a perspectiva de Mantoan:

Os pais podem ser nossos grandes aliados na reconstrução da nova escola brasileira. Eles são uma força estimuladora e reivindicadora dessa tão almejada recriação da escola, exigindo o melhor para seus filhos, com ou sem deficiências, e não se contentando com projetos e programas que

continuem batendo nas mesmas teclas e maquiando o que sempre existiu.
(MANTOAN, 2003, p. 30)

Caracterização do Município e das políticas em relação aos estudantes público-alvo da Educação Especial

De acordo com os dados do IBGE, Carandaí, possui 25.376 habitantes, a 1080 mt de altitude, com 487,7 km² de área, fica no estado de Minas Gerais e está localizada na Região Sudeste do Brasil.

É grande a preocupação do poder executivo municipal em relação à saúde dos seus munícipes, seja com a oferta dos profissionais da saúde, e assim, evitar deslocamentos para o tratamento fora do município, ou com a oferta de condução e marcação de exames, consultas, cirurgias e tratamentos que a cidade ainda não possui.

A atenção e assistência à criança começa na concepção, através de médico clínico da Estratégia de Saúde da Família, que após estas consultas a gestante passa a ser acompanhada pelo ginecologista. Com a informatização e unificação do SUS, as gestantes são cadastradas no SIS (Sistema Integrado de Saúde) pré-natal. Após o nascimento da criança, a mãe é acompanhada pela equipe da UBS (Unidade Básica de Saúde) da sua área adstrita, e a criança passa por consultas de puericultura com pediatra e enfermeiro. Nos casos de crianças recém-nascidas com algum tipo de deficiência, riscos, são encaminhadas para o serviço especializado.

Em se tratando de educação infantil inclusiva, a oferta acontece nas escolas regulares, seguindo alguns procedimentos de praxe. A escola exige a apresentação de um laudo médico com o CID do comprometimento, o qual a criança é portadora, encaminha ao Departamento de Educação para análise e concessão de um professor de apoio por tempo integral. Quando se faz necessário, a avaliação é feita através da APAE e especialistas, e, confirmada a necessidade é oferecido o acompanhamento com psicólogos, fonoaudiólogos, fisioterapeutas, no entanto, a demanda é muito maior que a oferta, estes enfrentam uma fila de espera. Ainda, através do CRAS e da assistência social as famílias que têm filhos deficientes são acompanhadas de perto. Objetivando a diversificação de recursos e evitando a duplicação de serviços, o município, através das relações interinstitucionais, favorece os tratamentos fora do domicílio, os quais o município não dispõe.

Através da secretaria de saúde e com autorização do secretário de saúde, Sr. Denilson Hermes da Cunha, foi possível a entrevista com a enfermeira Ludimila Tereza Dornelas Cerqueira, Coordenadora das Unidades Básicas de Saúde do município.

Apesar da grande preocupação da administração pública, sabemos que, os entraves existentes são grandes e por muitas vezes chegam a ser decisivos. Carandaí não está recebendo os repasses do governo federal em dia e ainda faz atendimento aos municípios vizinhos de Capela Nova, Caranaíba, Cristiano Ottoni, Ressaquinha, etc, o que onera muito os cofres públicos, uma vez que não recebe ajuda financeira dos municípios citados, desta forma, os recursos financeiros, são insuficientes para uma maior ampliação dos serviços e melhoria da qualidade dos mesmos.

Como as escolas vêm recebendo cada vez mais alunos com necessidades educacionais especiais, muitas das vezes, professores regentes não têm o devido preparo e conhecimento para receber essas crianças e ensiná-las corretamente. É preciso mudança de postura dos envolvidos com a educação vigente e gerar ações no intuito de ajudar tanto alunos quanto professores, porque é um caminho novo a ser trilhado.

Cabe aos educadores, secretarias de educação e políticas públicas darem novos rumos e encarar as exigências da inclusão como oportunidade de reciclagem e capacitação a novos saberes, repensar as práticas antigas, oferecendo a busca de conhecimentos que os ajudem em sala de aula e proporcionem meios de elaborar atividades dentro das capacidades de todos os envolvidos de forma que todas se sintam atendidas dentro de suas possibilidades e individualidades e o professor possa, realmente, conquistar os objetivos propostos e o desenvolvimento das crianças, independente, de suas deficiências.

As práticas pedagógicas precisam ser revistas e o educador precisa assumir sua função mediadora, ter sensibilidade que está lidando com pessoas e que independente de sua deficiência podem ser capazes de conquistar conhecimentos dentro de suas possibilidades e potencialidades. Essas crianças necessitam de incentivo, motivação, práticas relacionadas às suas capacidades para que avancem no processo de aprendizagem. Não basta receber tais alunos para a mera socialização, o que seria mais uma forma de exclusão. É necessário um atendimento que oportunize o desenvolvimento efetivo de todos. Para isso, torna-se primordial que o professor tenha uma prática reflexiva e fundamentada em conhecimento que permita que seu trabalho aconteça de acordo com a realidade.

A prática de ideias inclusivas vem sendo construída ao longo do tempo. Muitos cuidados e apoio são dispensados às famílias através do agente de saúde da família, e que são necessários para que a criança com NEE (necessidade educacional especializada) possa ser inserida nos atendimentos especializados de que necessita para crescer em um ambiente saudável, que possibilite o desenvolvimento pleno de suas potencialidades.

Caracterização da Escola Estadual “Francisco do Carmo”

A escola em que se deu a intervenção “Dia da Família na Escola” está localizada na zona urbana do Município de Carandaí-MG, no bairro Ponte-Chaves, e atende alunos deste bairro e de bairros e comunidades da zona rural. A escola foi fundada em 1996, inicialmente ofertando os anos iniciais do Ensino Fundamental. Atualmente, a escola oferta todos os anos do Ensino Fundamental e também Ensino Médio, totalizando uma comunidade escolar composta por 536 alunos e 72 profissionais.

Ao investigar os dados da Escola Estadual “Francisco do Carmo”, através do SIMADE (Sistema Mineiro de Administração Escolar) na cidade de Carandaí, confirmam a afirmativa de que a inclusão nas escolas regulares vem aumentando.

Tabela 1: Matrícula de estudantes na Escola Estadual Francisco do Carmo

ESCOLA ESTADUAL FRANCISCO DO CARMO					
ANO	Matrícula inicial	Matrícula final	Alunos com laudo de deficiência / transtornos	Alunos atendidos na sala de recursos	Alunos com professor de apoio
2017	-	487	9	-	2
2018	-	516	21	14	2
2019	536	-	39	34	5

Fonte: própria

5 - OBJETIVO GERAL

Investigar como a intervenção “Dia da Família na Escola” potencializa a participação dos pais/responsáveis de estudantes público-alvo da Educação Especial no cotidiano escolar da Escola Estadual “Francisco do Carmo”.

6 - OBJETIVOS ESPECÍFICOS

a) Refletir sobre a inclusão de alunos com necessidades educacionais especializadas na Escola Estadual Francisco do Carmo;

b) Compreender como a intervenção proposta contribui para a efetiva participação dos pais/responsáveis;

c) Problematizar ações que consolidem a participação dos pais/responsáveis no desenvolvimento escolar dos filhos.

7 - ALTERNATIVAS ESCOLHIDAS PARA A INTERVENÇÃO

Para superar essa situação de frágil participação dos pais na vida escolar dos filhos a escola convidou as famílias para participarem do “Dia da Família na Escola”. Buscando criativamente várias formas de incentivar os pais a participarem da vida escolar de seus filhos desenvolvi este projeto para sensibilizar a família, independente do modo que ela é constituída, sobre a importância da integração e da participação nas ações da escola e no desenvolvimento cognitivo dos educandos e nas atividades pedagógicas e socioeducativas desenvolvidas pela escola.

Para a realização do proposto no dia da família na escola foi adotado o seguinte tema: “Famílias e Escola, União que faz a Diferença”. O planejamento se deu a partir da montagem da pauta e convite para o evento que foi entregue com 3 dias de antecedência.

Convidei a psicóloga do CRAS para nos ajudar neste evento, já que esta entidade faz o acompanhamento de algumas famílias da comunidade. Nosso objetivo era que o encontro fosse agradável, e para tal, pensamos em uma palestra que fosse proferida por uma pessoa não pertencente ao convívio dos pais/responsáveis no intuito de causar um impacto maior que o dos profissionais da escola, para ser diferente dos encontros anteriores. O tema escolhido foi: “O Papel da Família no Desenvolvimento Educacional dos Filhos”, esta escolha foi feita mediante a observação das necessidades e carência afetiva apresentada pelos alunos e relatadas a mim pelos professores regentes.

Pensei que este espaço para “A Pactuação de Compromissos com os Pais sobre a Escola que querem” deveria acontecer após a reflexão sugerida na palestra. Neste momento os pais/responsáveis divididos em grupos menores terão oportunidade de falar sobre a escola que eles querem e selem os compromissos para as próximas ações. Retornando à sala de palestras, conduzi mais uma reflexão sobre a importância da participação efetiva dos pais junto à escola para o bom rendimento escolar e sucesso de seus filhos, em sua vida acadêmica e interação na sociedade a qual estão inseridos.

Por ser um encontro mais extenso, teremos um lanche para encerramento das atividades. Este momento facilitará a interação dos pais com professores, direção, especialista e funcionários da escola.

Farei um encontro com os alunos do sexto ano do ensino fundamental, para ouvir deles como veem suas famílias, os relatos sobre o que os pais acharam do encontro proposto pela escola. Na sequência vamos trabalhar um texto reflexivo sobre a importância da família na formação do cidadão e uma produção de texto.

8 – CRONOGRAMA

AÇÃO	PREVISÃO PARA REALIZAÇÃO
Identificação da situação problema/desafio	De 15/06 – 22/08
Descrição da situação e das variáveis que a constitui.	De 17/08- 25/10
“Justificativa para a intervenção	
Formulação de objetivo	
Intervenção pedagógica	De 26/10 - 16/12/2018
O projeto será realizado do dia 16/03/2019 à 18/03/2019	
<u>1º momento</u> Palestra com a psicóloga sobre “O Papel da Família no Desenvolvimento Educacional dos Filhos”	16/03/2019
<u>2º momento</u> <u>Dinâmica:</u> “A pactuação de compromissos com os pais sobre a Escola que eles querem”.	16/03/2019
<u>Reflexão:</u> Fala sobre a importância da participação efetiva dos pais junto à escola para o bom rendimento escolar de seus filhos, que considera o contexto social e cultural de seus alunos, bem como seus interesses e necessidades.	16/03/2019

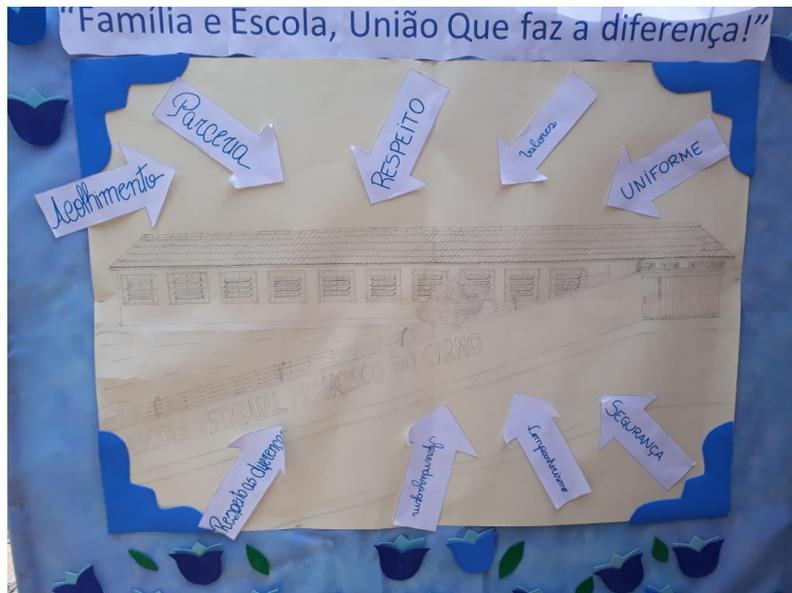
Lanche no refeitório da escola e momento de descontração através de interação dos pais e funcionários.	
Junto com os alunos do 6º ano. Texto reflexivo sobre a importância da família na formação do cidadão. Produção de texto: Descrevendo uma pessoa da minha família.	18/03/2019

9- RELATÓRIO DE DESENVOLVIMENTO DO PROJETO DE INTERVENÇÃO PEDAGÓGICA

No dia do encontro recebemos os pais e os encaminhamos à sala de palestras para dar início às atividades que começou às 8:10 com a acolhida feita pela diretora a todos os presentes e apresentação dos membros da equipe de trabalho da Escola Estadual Francisco do Carmo. No primeiro momento do encontro a diretora me passou a palavra e tive a oportunidade de apresentar minha convidada a psicóloga Paola, atualmente coordenadora do CRAS (Centro de Referência e Assistência à Família), a palestrante que tratou da reflexão que pedi, “O Papel da Família no Desenvolvimento Educacional dos Filhos”, foi abordado vários assuntos pertinentes ao tema, levando-os a reflexão do real papel da família, mostrando-os ainda que precisam estar sempre alertas aos pequenos detalhes do cotidiano dos filhos para a devida intervenção. Deixamos um espaço aberto para que, aproximadamente 70% dos pais e responsáveis que se fizeram presente pudessem fazer questionamentos, e tirar dúvidas.



Para o segundo momento, foi planejado uma dinâmica para “a pactuação de compromissos com os pais sobre a Escola que eles querem”. Os pais e responsáveis foram divididos em grupos menores, ocuparam as salas acompanhados pelos professores. Foi entregue a todos a seguinte orientação: Escreva uma palavra que retrata bem o que você espera da escola. Das palavras citadas foi feita a verificação para que não haja palavras repetidas. Retornando à sala de palestras para plenária, momento que cada grupo explica para os demais presentes a escolha da palavra e o que eles podem fazer para contribuir com o alcance desta palavra. Neste momento tive o apoio da colega especialista que fez o registro do que cada grupo colocou como ação que eles, enquanto comunidade escolar podem fazer. A palavra escolhida por cada grupo e com a ação constante que os responsáveis se propõem a fazer foi colada no mural que foi construído anteriormente com um desenho da fachada da escola e a seguinte frase: “Família e Escola, União que faz a Diferença”.



Ao final da elaboração do mural, fiz uma reflexão sobre o que a comunidade elencou como sendo prioridade e as ações que a comunidade escolar está se comprometendo a fazer. Esta síntese é imprescindível para que os pais percebam que os compromissos que foram pactuados, precisam ser implementados para que a escola alcance os objetivos finais.

O mural com as propostas da comunidade escolar foi exposto em local de ampla visão. Agradei a presença de todos e os convidei para um pequeno lanche servido no refeitório da escola.

O projeto foi realizado no dia 16/03/2019 em uma manhã intensa, em que as famílias participaram de atividades culturais e formativas. Assim os pais puderam se integrar

e interagir no ambiente escolar, conhecer os professores e outros pais, e entenderem aspectos importantes da rotina dos filhos.

No dia 18/03/2019 junto aos alunos do sexto ano do ensino fundamental, tive a oportunidade de ouvir o que eles pensam sobre suas famílias e o que ouviram dos pais sobre o encontro que participaram. Trabalhei um texto sobre a família, e pude perceber o misto de sentimentos expressado pelos alunos. Momento de diversos relatos e manifestações, entre elas alguns dizendo que entregou o convite à mãe, explicou que era importante e mesmo assim ela não foi, outros tinham justificativa para a ausência de seu responsável, e na empolgação a grande maioria contam com alegria o que os pais acharam do encontro, desde, gostei de tudo, gostei da palestra, até, me senti aluno na hora do lanche, relembrei da minha época.

QUANDO UMA MÃE DIZ SOBRE SUA REALIDADE

Os membros da sociedade têm inculcido em seus valores, conceitos, ideias pré-concebidas de padrões de normalidade que podem ocasionar o preconceito, sem nenhum fundamento crítico ou lógico. Em muitas situações, a ignorância das pessoas é a geradora de atitudes preconceituosas, que se manifestam pela mistura de sentimentos que afloram através da intolerância, geralmente, estas pessoas acreditam que suas ideias preconcebidas estão acima de qualquer ideia diferente da realidade que consideram como “normal”. Segundo Crochik (1997), o preconceito está relacionado às reações frente ao estranho, a algo que parece ameaçador.

A entrevista realizada com uma mãe de criança com necessidade educacional especializada permitiu-me perceber mais claramente como esse paradoxo da “normalidade” incide sobre a vida daquelas famílias. Foi realizada uma entrevista semiestruturada com perguntas que procuravam dialogar sobre a vivência daquela mãe em relação à inclusão escolar, tendo em vista seu contexto mais amplo de acesso às políticas públicas de proteção e amparo às pessoas com deficiência.

A entrevistada tem 37 anos, estudou nível superior, trabalha como professora em escola da cidade. Além da filha com síndrome de Down a entrevistada tem um filho com 11 anos.

Identifico a reação da mãe ao receber, ainda durante a gestação, o diagnóstico de que seu bebê teria síndrome de down.

No princípio foi um choque, fiquei sem chão, entrei em desespero, achei que este era o pior momento de minha vida. Fui tomada por um sentimento que resume em: “Minha vida nunca mais seria a mesma, seria apenas cuidar de uma pessoa inválida, dependente para o resto da vida”. Queria abortar,

queria que o feto morresse dentro de minha barriga para facilitar o processo. Não queria uma filha destinada apenas a sofrer neste mundo. Minha família não estava preparada para me consolar, pois nunca haviam me visto daquele jeito. Imaginei que a criança teria todos os sintomas e comprometimentos da síndrome, pensei tudo de ruim e não conseguia ter expectativas positivas. (Marta)

As ameaças relatadas são imaginárias, elas se referem a algo novo, que foge aos padrões da normalidade, e, talvez pela negatividade só se vê a ameaça. No entanto, Marta diz que:

após o susto, o período de entendimento e aceitação, agradeço muito a Deus por minha filha Paula, uma criança saudável, amorosa que vem se desenvolvendo muito bem dentro de seu tempo. Ela é motivo de muita alegria para mim, toda nossa família e amigos que torcem por nós. (Marta)

Marta, afirma também, que teve muita dificuldade em relação ao acesso aos profissionais da saúde, mesmo estando previsto no art. 23 da Constituição Federal: “É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios: (...) II - cuidar da saúde e assistência pública, da proteção e garantia das pessoas portadoras de deficiência”; e em seu Art. 4. “Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre: (...) XIV - proteção e integração social das pessoas portadoras de deficiência”.

Segundo Marta:

É na prática que as dificuldades aparecem, a princípio a fisioterapia, através da APAE, uma vez por semana, que achei insuficiente. Fonoaudióloga, fiquei na fila de espera e não consegui, terapeuta ocupacional na cidade não tem. Momento que tomou a decisão de buscar atendimentos na cidade vizinha.

Diante da ineficácia do poder público para atender as demandas de Marta, atualmente, Paula tem atendimento duas vezes por semana através de um plano de saúde, ou seja, a criança precisava de vários profissionais e com maior frequência, o que através do SUS se tornou impossível. Isso aponta para a questão das políticas públicas de saúde que tendem no contexto neoliberal a incumbir o cidadão de resolver seus problemas sem ofertar a ele as condições dignas necessárias para a vida em sociedade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A inclusão na escola permanece um desafio a todos os membros da comunidade escolar: profissionais, estudantes, familiares. Proporcionar momentos em que estes membros possam dialogar acerca das práticas escolares é uma contribuição para que a inclusão se

efetive. A escola, enquanto instituição que colabora para a formação das pessoas, é lugar essencial para se refletir sobre a inclusão.

O “Dia da Família na Escola”, intervenção proposta na Escola Estadual Francisco do Carmo, embora tenha sido uma ação pontual, mostrou-se como ocasião propícia para que houvesse uma aproximação entre as famílias dos estudantes, em geral, mas, particularmente, daquelas que têm crianças e adolescentes com necessidades educacionais especializadas. O evento tornou-se potente desde o fato de que atingiu um grande número de famílias, como pela sua organização e desenvolvimento.

A programação proposta e as atividades desenvolvidas permitiram que todos os presentes pudessem refletir sobre o papel da escola e compreender melhor a prática da inclusão. O estar no espaço da escola fez com que os familiares pudessem revisitar suas próprias experiências/vivências escolares. O contato com os diversos profissionais também amplia para os familiares a compreensão do que a escola consegue efetivamente realizar em relação aos estudantes público-alvo da educação especial.

A intervenção aponta para a necessidade de outras práticas que favoreçam aos pais e/ou responsáveis participarem da vida escolar das crianças e adolescentes. No entanto, esta primeira intervenção favoreceu a criação de vínculos, superação de preconceitos, conhecimento de novas propostas educacionais. Outras intervenções como reuniões periódicas, diálogos específicos com os profissionais que atendem as crianças e adolescentes, confraternizações, foram eventualmente recordadas e serão analisadas pela comunidade escolar tendo em vista futuras ações.

Acredito que a intervenção feita mostrou-se eficiente, questionadora, pertinente. Por ela foi possível perceber como o diálogo sobre a inclusão ainda não se concretizou plenamente. Estudantes com necessidades educacionais especializadas trazem cotidianamente novas demandas para a escola e continuarão a questionar os ideais homogêneos e simultâneos de ensino. Que as práticas inclusivas sejam fomento para se rever também todas as outras práticas escolares.

8 – REFERÊNCIAS

BARTALOTTI, Celina Camargo. **Inclusão social das pessoas com deficiência: utopia ou possibilidade?** Editora Paullus, 2006, São Paulo.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília-DF, 20.dez.1996.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRUNHARA, Fabíola; **PETEAN**, Eucia Beatriz Lopes. **Mães e Filhos Especiais: Reações, Sentimentos e Explicações à Deficiência da Criança**; Paidéia, FFCLRP, Rib. Preto, Junho/99, Pág 31 – 40.

Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Básica. **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica**. Brasília, DF: MEC/SEESP, 2001.

Coordenadas Geográficas de Carandaí, Minas Gerais – MG. www.geografos.com.br. Disponível em: <https://www.geografos.com.br/cidades-minas-gerais/carandai.php> > acesso em 19 de setembro de 2018.

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA. Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais. Disponível em: <http://ada.mec.gov.br/bitstream/handle/123456789/58/02_Politica_Nacional_2008.pdf?sequence=1>. Acesso em: 23 de mar de 2019

Educação Especial e sua Trajetória Histórico-política: **Uma abordagem por meio de grupos de discussão**. Disponível em: <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospde/pdebusca/producoes_pde/2016/2016_artigo_edespecial_uepg_marliaparecidacasprovcorcini.pdf>. Acesso em: 18 de março de 2019

Educação Inclusiva: v.4: A Família / coordenação geral SEESP / MEC; organização Aranha Maria Salete Fábio. Brasília: **Ministério da Educação, Secretaria da Educação Especial**, 2004.

FERREIRA, Windyz B. Educação Inclusiva. Será que sou a favor ou contra uma escola de qualidade para todos? **Revista da Educação Especial**, nº 40, Páginas 40-46, Out/2005.

FREITAS, M.G.H. **A escola inclusiva e seus desafios frente à preparação dos professores para o atendimento às crianças com necessidades especiais**. 3ed. Rio de Janeiro: Scipione, 2010.

MANTOAN, Maria T. E. **Inclusão escolar: o que é? Por que? como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003. (Cotidiano escolar)

Ministério da Educação. Secretaria da Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial, na perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC/SEESP, 2008a.

PEREIRA, L. A.; **FELIPE**, D.A.; **FRANÇA**, F.F.; **Origem da escola pública brasileira: a formação do novo homem**. Artigo original, 2013. Disponível em: <http://www.histedbr.fae.unicamp.br/acer_histedbr/jornada/jornada7/_GT3%20PDF/ORIGEM%20DA%20ESCOLA%20P%20DABLICA%20BRASILEIRA.pdf>; acesso em 05 de março de 2019.

RIBEIRO Audenir Maria Da Silva. **Desafios e perspectivas da educação inclusiva**- texto de *, aluno da professora Cintia Oliveira Pires Galego, no 3º semestre do curso de Pedagogia. Disponível em: <<https://outrolado.com.br/2018/04/17/desafios-e-perspectivas-da-educacao-inclusiva/>>. Acesso em: 18 de março de 2019.

SANCHEZ, Pilar Arnaiz. A Educação Inclusiva: um meio de construir escolas para todos no século XXI. **Revista da Educação Especial**, n. 07, Páginas 7-18, out.2005.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão: construindo uma sociedade para todos** 3. ed. Rio de Janeiro: WVA, 1997.

Total de alunos com deficiência em escolas comuns cresce 6 vezes em 10 anos – Por Luiza Tenente, G1. Disponível em: < <https://g1.globo.com/educacao/noticia/total-de-alunos-especiais-em-escolas-comuns-cresce-6-vezes-em-10-anos.ghtml> > acesso em 24 de março de 2019.